

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

 AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
 CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Mensagem da Administração:

Responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Rio Grande do Sul, a Sulgás fechou o ano de 2025 com performance positiva, garantindo fornecimento contínuo, segurança das operações e atendimento aos clientes de maneira eficiente e sustentável. A Sulgás fechou o ano com um lucro líquido de R\$ 219,6 milhões e um volume de gás distribuído médio de 2,1 milhões de m³/dia. Com o firme propósito de contribuir para o desenvolvimento do Estado, a Sulgás investiu R\$ 93 milhões, sendo R\$ 62 milhões na expansão de rede e ligação de novos clientes. Merecem destaque projetos voltados à descarbonização da economia gaúcha, como a chegada do biometano à rede de distribuição e ampliação do abastecimento de caminhões com Gás Natural no Rio Grande do Sul. A empresa também investiu significativamente na melhoria de sistemas operacionais, em tecnologia e inovação, focando nos pilares de governança e na qualificação contínua e crescente do atendimento aos clientes. Além disso, a Sulgás seguiu com as ações de ampliação das redes de distribuição nas regiões da Serra e Região Metropolitana de Porto Alegre. Em uma iniciativa inédita, o gás natural abastece Lajeado graças à primeira rede local do Estado – um gasoduto que atende de forma exclusiva o município do Vale do Taquari. O ano de 2025 também foi importante na conexão de novos clientes em todos os segmentos atendidos pela Sulgás (industrial, residencial, comercial e veicular). Alcançamos a marca histórica de 111 mil usuários, um aumento de 9% em relação a 2024. Tudo isso, respeitando a nossa licença para operar: Segurança e Governança. A Sulgás tem orgulho em afirmar que fechou 2025 com 3 anos e 8 meses sem nenhum acidente com afastamento. Por fim, 2025 foi um ano marcado pela conclusão do processo de transformação da Sulgás. A companhia começa o novo ciclo ainda mais preparada para os desafios de crescimento. Transformar o mercado gaúcho de energia, construindo um legado de sustentabilidade é a visão da Sulgás. O ano de 2026 será um marco para a empresa, com planos de investimentos da ordem de R\$ 163 milhões em projetos que reforçam o propósito da companhia: expandir o uso do gás natural com segurança e excelência, promovendo o desenvolvimento do Estado, a transição energética e melhor experiência aos clientes. Entre as ações previstas, estão o reforço do processo de interiorização do uso do gás para novos municípios, dentre eles: Santa Cruz do Sul e Passo Fundo, a ampliação de iniciativas voltadas ao biometano e aos Corredores Verdes nas rodovias, com a descarbonização da frota pesada. Ao mesmo tempo, a Sulgás seguirá, de maneira consistente, com as ações ESG. A companhia apoia projetos culturais, sociais e esportivos, alinhados a uma matriz de projetos que reflete os nossos valores. A Companhia também aposta na melhoria contínua da experiência do cliente, utilizando a inovação como ferramenta fundamental para a qualificação dos serviços. Essas iniciativas reforçam o nosso compromisso inabalável com a segurança energética do Estado de maneira segura, sustentável e comprometida com o presente e o futuro do Rio Grande do Sul.

Somos o gás dos gaúchos.

MARCELO XAVIER LEITE
 Diretor Presidente

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	239.470	117.865
Contas a receber	8	123.459	126.745
Estoques		17.332	16.244
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.201	2.969
Outros tributos a recuperar	10	14.111	31.093
Ativos financeiros setoriais	11	93.060	—
Outros ativos		3.697	16.758
Ativo circulante		500.330	311.674
Contas a receber	8	358	534
Caixa restrito	7	9.067	4.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	—	12.132
Outros tributos a recuperar	10	100.958	87.703
Depósitos judiciais	19	2.067	990
Outros ativos		15.878	13.061
Intangível	13	324.636	313.539
Ativos de contrato	14	52.344	21.426
Direito de uso	15.1	6.625	9.782
Ativo não circulante		511.933	463.267
Total do ativo		1.012.263	774.941

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	48.558	19.922
Passivos de arrendamento	15.2	1.976	3.747
Fornecedores	18	84.340	138.344
Ordenados e salários a pagar		10.332	9.177
Imposto de renda e contribuição social	10	9	16.708
Outros tributos a pagar		11.411	5.801
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	46.103	28.223
Pagáveis a partes relacionadas	9	5.232	3.272
Passivos financeiros setoriais	11	15.153	—
Outras contas a pagar		9.060	6.935
Passivo circulante		232.174	232.129
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	337.718	174.874
Passivos de arrendamento	15.2	5.752	7.423
Provisão para demandas judiciais	19	4.534	6.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	13.202	—
Passivos financeiros setoriais	11	150.303	144.138
Passivo não circulante		511.509	332.570
Total do passivo		743.683	564.699
Patrimônio líquido	20	81.187	81.187
Capital social		187.393	129.055
Reservas de lucros		268.580	210.242
Total do patrimônio líquido		1.012.263	774.941

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	1.530.289	1.684.596
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(1.109.560)	(1.389.707)
Resultado bruto		420.729	294.889
Despesas de vendas	22	(15.547)	(10.178)
Despesas gerais e administrativas	22	(106.199)	(94.375)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	11.705	18.395
Resultado antes do resultado financeiro líquido		(110.041)	(86.158)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		310.688	208.731
Despesas financeiras		(39.426)	(26.948)
Receitas financeiras		35.905	34.678
Resultado financeiro líquido	24	(3.521)	7.730
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		307.167	216.461
Imposto de renda e contribuição social	12	(62.249)	(75.114)
Corrente		(25.334)	(1.617)
Diferido		(87.583)	(76.731)
Resultado líquido do exercício		219.584	139.730

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		219.584	139.730
Outros resultados abrangentes:			
Resultado abrangente do exercício		219.584	139.730

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		307.167	216.461
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	22	54.699	45.931
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível		58	-
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	23	(2.649)	837
Juros e variações monetárias, líquidos		33.744	25.168
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	11	(82.541)	-
Provisão de bônus e participação no resultado		(739)	2.796
Provisão para perdas de crédito esperadas	8	8.742	6.098
Outros		(2.423)	(485)
		316.058	296.806
Varição em:			
Contas a receber de clientes		11.675	(15.120)
Estoques		600	(4.014)
Outros tributos, líquidos		282	(20.040)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(76.812)	(61.150)
Partes relacionadas, líquidas		1.959	2.002
Fornecedores		(53.498)	4.957
Ordenados e salários a pagar		1.894	(2.720)
Outros ativos e passivos, líquidos		(180)	(18.142)
		(114.080)	(114.227)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		201.978	182.579
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Caixa restrito	7	(4.967)	-
Adições ao intangível e ativos de contrato		(96.639)	(87.038)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(101.606)	(87.038)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de gastos de captação	16	199.489	47.297
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(18.575)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(12.837)	(8.138)
Amortização de principal sobre arrendamentos	15.2	(3.941)	(2.994)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15.2	(1.090)	(1.287)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	20	(141.813)	(158.461)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		21.233	(123.583)
Acréscimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		121.605	(28.042)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		117.865	145.907
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		239.470	117.865

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$ 2.408.
- Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 928 (R\$ 2.250 em 31 de dezembro de 2024), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento (Nota 15).
- Dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos e não pagos no montante de R\$ 46.103 (R\$ 28.223 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 20).

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros, dividendos e juros sobre capital próprio pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos e os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato, são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto se de outra forma)
1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia é controlada pela Compass UM Participações S.A., que detém 51% de seu capital social, tendo como acionista não controlador a Comitê Gás S.A., com participação de 49%. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final.

A Companhia tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termoeletrico e cogeração através do contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado em abril de 1994, junto ao Poder Concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS), por um prazo de 50 (cinquenta) anos.

Plano regulatório (Revisão tarifária ordinária)

Em 10 de junho de 2025, foi publicada pela AGERGS a Resolução Homologatória nº 605/2025, que homologou as tabelas tarifárias decorrentes da Revisão Tarifária Ordinária de 2024 (RTO 2024) da Companhia, referente ao ciclo regulatório de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025. A revisão foi conduzida conforme a metodologia regulatória vigente e as disposições do Contrato de Concessão, estabelecendo a Margem Regulatória (P_r) aplicável à Companhia. Os resultados da RTO 2024 foram implementados a partir do reajuste tarifário de 11 de janeiro de 2025.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024		81.187	16.237	112.818	-	210.242
Resultado líquido do exercício		-	-	-	219.584	219.584
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	-	-	(104.797)	(56.449)	(161.246)
Retenção de lucros	20	-	-	163.135	(163.135)	-
Total de contribuições e distribuições		-	-	58.338	(219.584)	(161.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		81.187	16.237	171.156	-	268.580

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		81.187	16.237	122.332	-	219.756
Resultado líquido do exercício		-	-	-	139.730	139.730
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	-	-	(114.312)	(34.932)	(149.244)
Retenção de lucros	20	-	-	104.798	(104.798)	-
Total de contribuições e distribuições		-	-	(9.514)	(139.730)	(149.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		81.187	16.237	112.818	-	210.242

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Impactos da Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o período teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa.

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado.

Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2026. A Companhia está adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, conforme nota explicativa 5.

A Administração concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho da Administração em 20 de fevereiro de 2026.

3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome caixa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- Nota 8 – determinação dos montantes de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas.
- Nota 13 – avaliação da recuperabilidade do intangível.
- Nota 14 – determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão
- Nota 19 – determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais.

Informações por segmento

A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), convergente ao IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais.

Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no estado do Rio Grande do Sul. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (AGERGS), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela AGERGS.

Apesar dessa distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, sem a existência de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas, avaliação de performance por CODM (Chief Operating Decision Maker) ou a apresentação de informações financeiras individualizadas.

Dessa forma, a Companhia concluiu que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

4. Normas contábeis
Normas contábeis vigentes a partir de 2025

Alterações ao CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações

>>>Continua

>>>Continuação

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas**IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**

O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaes especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaes de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Ambiental, Social e Governança ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzemos requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Ativos e passivos financeiros**Política contábil:**

A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios:

- O modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e
- Se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação.

Amensuração subsequente será conforme a classificação dada:

- Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.
- Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado (i)			
Caixa e equivalentes de caixa	7	239.470	117.865
Caixa restrito	7	9.067	4.100
Contas a receber	8	123.817	127.279
Depósitos judiciais	19	2.067	990
Ativos financeiros setoriais	11	93.060	-
Total		467.481	250.234
Passivos			
Custo amortizado (i)			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(386.276)	(194.796)
Passivos de arrendamento	15.2	(7.728)	(11.170)
Fornecedores	18	(84.340)	(138.344)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	(46.103)	(28.223)
Pagáveis a partes relacionadas	9	(5.232)	(3.272)
Passivos financeiros setoriais	11	(165.456)	(144.138)
Total		(695.135)	(519.943)

(i) O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a custo amortizado não difere significativamente dos seus valores contábeis.

6. Gestão de risco financeiro

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Risco da taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

	Exposição	Indexador	Cenários				
			Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição taxa de juros							
Caixa e equivalentes de caixa	239.470	CDI	32.185	40.231	48.277	24.139	16.092
Caixa restrito	9.067	CDI	1.219	1.523	1.828	914	609
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(386.276)	IPCA	(34.829)	(43.536)	(52.243)	(26.122)	(17.414)
Total	(137.739)		(1.425)	(1.782)	(2.138)	(1.069)	(713)

Risco de preço e mercado

A Companhia possui uma margem mínima assegurada através do contrato de concessão, o risco de preço acontece momentaneamente entre as revisões tarifárias até que uma nova tarifa seja deliberada pelo Poder Concedente.

Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e caixa restrito são investidos principalmente em banco com grau mínimo "A" e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
AAA	236.494	13.992
AA	12.043	107.973
Total	248.537	121.965

Risco de liquidez

A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Os principais passivos financeiros de longo prazo da Companhia são classificados pelas datas de vencimento e estão demonstrados nas notas 15 e 16.

7. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito**Política contábil:**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia possui caixa restrito para garantir certos eventos de indenização. A classificação do caixa entre ativo circulante e não circulante se dá conforme as regras contratuais de liberação dos valores a cada uma das partes. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento	4.425	69
Total	4.425	69

Aplicações em bancos

Certificado de depósitos bancários - CDB

	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de depósitos bancários - CDB	235.045	117.796
Total	235.045	117.796

Total

	31/12/2025	31/12/2024
Total	239.470	117.865

As aplicações financeiras são realizadas com banco de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com rendimentos e liquidez diários.

Os saldos de caixa restrito são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa restrito		
Caixa restrito em operação financeira (i)	9.067	4.100
Total	9.067	4.100

(i) Valor em garantia ao BNDES em conta reserva no Banco do Estado do Rio Grande do Sul podendo ser resgatado ao final do prazo de pagamento dos empréstimos e financiamentos.

8. Contas a receber**Política contábil:**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da contraprestação que é incondicional devida por um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas de gás a receber	124.352	141.912
Receita não-faturada (i)	35.922	13.082
Subtotal	160.274	154.994
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(36.457)	(27.715)
Total	123.817	127.279
Circulante	123.459	126.745
Não circulante	358	534
Total	123.817	127.279

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento e comercialização de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	101.924	123.660
Vencidos:		
Até 30 dias	19.540	3.869
De 31 até 60 dias	2.470	1.508
De 61 até 90 dias	1.227	335
De 91 a 180 dias	3.972	1.776
Mais de 180 dias	31.141	23.846
Provisão para perdas de crédito esperadas	(36.457)	(27.715)
Total	123.817	127.279

A variação nas perdas de crédito esperadas é a seguinte:

Saldo em 31/12/2023	(22.849)
(Adições) reversões	(6.098)
-Baixas	1.232
Saldo em 31/12/2024	(27.715)
(Adições) reversões	(8.742)
Saldo em 31/12/2025	(36.457)

9. Partes relacionadas**Pagáveis a partes relacionadas:**

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Operações administrativas e outras		
Raizen S.A. e suas controladas	435	-
Compass Gás e Energia S.A.	3.033	2.095
Commit Gás S.A. e suas coligadas	1.764	1.177
Total	5.232	3.272

Transações com partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) compartilhadas (i)		
Raizen S.A. e suas controladas	(254)	-
Compass Gás e Energia S.A.	(3.033)	(4.246)
Commit Gás S.A. e suas coligadas	(2.074)	(2.540)
Outros	310	-
Total	(5.051)	(6.786)

(i) Serviços compartilhados recobrados, relacionados a processos de contabilidade, impostos e serviços jurídicos, etc.

Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições e benefícios.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e benefício de curto prazo à empregados e administradores	3.104	2.493
Benefícios pós-emprego e previdência privada (i)	160	139
Total	3.264	2.632

(i) A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

10. Outros tributos a recuperar**Política contábil:**

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando esse direito for assegurado e são reconhecidos quando há tributos pagos que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os passivos fiscais são mensurados ao custo e representam uma obrigação presente junto as autoridades fiscais.

A composição dos impostos e tributos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS (i)	84.562	80.538
PIS (i)	18.359	17.486
ICMS	12.148	20.598
Outros	-	174
Total	115.069	118.796
Circulante	14.111	31.093
Não circulante	100.958	87.703
Total	115.069	118.796

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valerá a partir de 15 de março de 2017 - data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. Em 2021, face ao direito líquido e certo em decorrência da repercussão geral estabelecida pela decisão do STF, a Companhia reconheceu créditos tributários referente ao período de março/17 até março/21, no valor de R\$ 38.994 os quais foram totalmente aproveitados ao longo de 2022. Foram reconhecidos também, créditos tributários referente ao período de outubro/11 até fevereiro/17 no valor de R\$ 47.108, em decorrência da Ação Coletiva de Repetição de Indébito n.º 60722-58/2016.4.01.3400, movida pela ABEGÁS. O montante atualizado monetariamente reconhecido nos saldos a recuperar de longo prazo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 97.519 (R\$ 90.909 em 31 de dezembro de 2024).

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pela agência reguladora AGERGS, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Fundamentada na Resolução Normativa Nº 72/2025, a Companhia concluiu não haver incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	Ativos setoriais	Passivos setoriais	Total
Saldo em 31/12/2023	-	(135.267)	(135.267)
Atualização monetária	-	(8.871)	(8.871)
Saldo em 31/12/2024	-	(144.138)	(144.138)
Custo do gás (i)	91.647	(15.021)	76.626
Créditos tributários (ii)	-	5.915	5.915
Juros e atualização monetária (iii)	1.413	(12.212)	(10.799)
Saldo em 31/12/2025	93.060	(165.456)	(72.396)
Circulante	93.060	(15.153)	77.907
Não circulante	-	(150.303)	(150.303)
Total	93.060	(165.456)	(72.396)

(i) Em 24 de abril de 2025, por meio da Informação DRE nº 079/2025, a AGERGS reconheceu a legitimidade do crédito da margem não recuperada no ciclo tarifário anterior e determinou sua recomposição por parcela tarifária específica até a quitação integral totalizando R\$ 93.060 que foi reconhecido no ativo circulante e que será recuperado na revisão das tarifas durante o ano de 2026. Assim, o valor passou a configurar direito certo de recebimento, sendo reclassificado como ativo financeiro, conforme CPC 48 e o CPC 08. O montante também inclui a diferença entre o custo do gás adquirido e o considerado nas tarifas aplicadas aos usuários totalizando R\$15.021 em aderência ao termo de regulação da conta gráfica REN n. 72/202

>>>Continuação COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

13. Intangível
Política contábil:
Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão
A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contrato a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Fidelização de clientes
Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Despesas subsequentes
As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando gerarem benefícios econômicos futuros e, são incorporadas no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização
A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. No contrato de concessão, está estabelecido que será considerada uma depreciação linear de 10 (dez) anos para a rede de distribuição de gás e outros ativos da concessionária. O valor da parcela corresponde a 0,10 (INV). A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Redução ao valor recuperável dos ativos
A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

Valor de custo

	Direito de Concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento (i)	Total
Saldo em 31/12/2023	634.680	-	-	634.680
Adições	10.683	-	4.891	15.574
Baixas	(3.104)	-	-	(3.104)
Transferências (i)	106.870	770	-	107.640
Saldo em 31/12/2024	749.129	770	4.891	754.790
Adições	584	-	10.665	11.249
Baixas	(15.484)	-	-	(15.484)
Transferências (ii)	47.938	13.519	(13.473)	47.984
Saldo em 31/12/2025	782.167	14.289	2.083	798.539

Valor de amortização

Saldo em 31/12/2023	(401.352)	-	-	(401.352)
Adições	(42.687)	-	-	(42.687)

Baixas

Saldo em 31/12/2024	(441.251)	-	-	(441.251)
Adições	(45.020)	(7.050)	-	(52.070)
Baixas	15.338	-	-	15.338
Transferências (ii)	4.080	-	-	4.080
Saldo em 31/12/2025	(466.853)	(7.050)	-	(473.903)

Saldo em 31/12/2024 307.878 **770** **4.891** **313.539**
Saldo em 31/12/2025 315.314 **7.239** **2.083** **324.636**

Vida útil (ao ano) 10% 20%-50% -

(i) O montante indicado na linha de transferências entre os grupos de fidelização de clientes, contempla: R\$ 770 realocado de impostos a recuperar e R\$ 461 transferido de ativo de contrato;

(ii) O montante indicado na linha de transferências, contempla: R\$ 52.018 transferido de ativo de contrato, R\$ 26.817 realocado de impostos a recuperar e R\$ 2.564 realocado do estoque.

Avaliação de redução ao valor recuperável
A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis e ativos de contrato. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

14. Ativos de contrato
Política contábil:
Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contrato a receber do poder concedente.

Ativos de contrato

	Nota	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2023		16.963
Adições	21	87.038
Transferências (i)		(82.575)
Saldo em 31/12/2024		21.426
Adições	21	82.982
Transferências (ii)		(52.064)
Saldo em 31/12/2025		52.344

(i) O montante indicado na linha de transferências, contempla: R\$ (77.489) transferido para ativo intangível, R\$ 3.352 realocado de impostos a recuperar, R\$ (8.438) realocado para estoque;

(ii) O montante indicado na linha de transferências, contempla: R\$ (52.064) transferido para ativo intangível.

Capitalização de mão de obra gerada internamente
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$ 14.364 referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 9.300 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Capitalização de custos de empréstimos
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$ 2.964 a uma taxa média ponderada de 12,20% a.a. (R\$ 2.908 a 11,20% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

15. Arrendamentos
15.1. Direito de uso
Política contábil:
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para remensurações do passivo de arrendamento.

Terrenos, edifícios e benfeitorias

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2023	8.935	6.105	15.040
Adições e reajustes contratuais	1.725	525	2.250
Baixas	-	(105)	(105)
Saldo em 31/12/2024	10.660	6.525	17.185
Adições e reajustes contratuais	293	635	928
Baixas	(2)	(332)	(334)
Saldo em 31/12/2025	10.951	6.828	17.779

Valor de amortização

Saldo em 31/12/2023	(2.996)	(1.163)	(4.159)
Adições	(1.553)	(1.691)	(3.244)
Saldo em 31/12/2024	(4.549)	(2.854)	(7.403)
Adições	(2.054)	(1.887)	(3.941)
Baixas	185	5	190
Saldo em 31/12/2025	(6.418)	(4.736)	(11.154)

Saldo em 31/12/2024 6.111 **3.671** **9.782**
Saldo em 31/12/2025 4.533 **2.092** **6.625**

15.2. Passivo de arrendamento
Política contábil:
Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:
• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência
• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa
• Valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual
• O preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para determinar a taxa incremental, a Companhia:
• Quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido
• Usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros
• Faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros. A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 11,54% e 16,05%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato. Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia contabiliza dois ou mais contratos em conjunto desde que:
• Tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte
• Tenham sido celebrados em datas próximas
• Se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto
• Se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos
• Se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento. Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos. Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2023 12.079

Adições e reajuste contratual	2.250
Baixas	(192)
Apropriação de juros	1.314
Amortização de principal	(2.994)
Pagamento de juros	(1.287)
Saldo em 31/12/2024	11.170
Adições e reajuste contratual	928
Baixas	(429)
Apropriação de juros	1.090
Amortização de principal	(3.941)
Pagamento de juros	(1.090)
Saldo em 31/12/2025	7.728

O aging dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	1.976	3.747
1 a 2 anos	4.413	5.815
2 a 3 anos	1.339	1.608
Total	7.728	11.170

16. Empréstimos, financiamentos e debênture
Política contábil:
Os empréstimos são classificados como custo amortizado. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros. São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
• O montante da obrigação nos termos do contrato; e
• O valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Encargos financeiros

Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
BND	IPCA + 5,88%	10,40%	183.333	194.796
Debêntures - CDI	CDI + 0,45%	15,42%	202.943	-
Total			386.276	194.796

Circulante 48.558 **19.922**
Não circulante 337.718 **174.874**

O total de empréstimos garantidos é de R\$ 183.333 (R\$ 194.796 em 31 de dezembro de 2024). Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
1 a 2 anos	44.658	42.826
2 a 3 anos	44.658	42.826
3 a 5 anos	248.402	89.222
Total	337.718	174.874

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Saldo em 31/12/2023 140.016

Captação (i)	47.297
Pagamento de juros	(8.138)
Juros e variação monetária	15.621
Saldo em 31/12/2024	194.796
Captação (i)	199.489
Pagamento de principal	(18.575)
Pagamento de juros	(12.837)
Juros e variação monetária	23.403
Saldo em 31/12/2025	386.276

(i) Saldo líquido dos gastos de captação.

Captações do exercício

Segmento / modalidade	Data	Taxa	Objetivo	Valor	Vencimento
Debêntures	nov-25	CDI + 0,45%	Investimentos	200.000	nov-29

Cláusulas restritivas ("Covenants")
Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia é obrigada a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
BND	Dívida líquida (i) / EBITDA (ii) não poderá ser superior a 3,50	0,4229
BND	Índice de endividamento geral não poderá ser superior a 0,80	0,7347

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia permanece adimplente com todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

17. Compromissos (não auditado)
A Companhia possui compromissos financeiros assumidos em decorrência de contratos de concessão e de aquisição de gás. O valor presente estimado desses compromissos totaliza R\$ 4.198.234.

18. Fornecedores
Política contábil:
As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás e transportes de gás	74.892	128.222
Fornecedores de materiais e serviços	9.448	10.122
Total	84.340	138.344

19. Provisão para demandas e depósitos judiciais
Política contábil:
As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

Provisão para demandas judiciais

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2023	2.560	1.760	4.320
Provisionado no período	811	1.228	2.039
Baixas por reversão / pagamento	(40)	(1.265)	(1.305)
Atualização monetária	635	446	1.081
Saldo em 31/12/2024	3.966	2.169	6.135
Provisionado no período	2.325	1.341	3.666
Baixas por reversão / pagamento	(4.587)	(1.474)	(6.061)
Atualização monetária	281	513	794
Saldo em 31/12/2025	1.985	2.549	4.534

Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis, ambientais e regulatórias	1.048	-
Trabalhistas	1.019	990
Total	2.067	990

Perdas possíveis
As ações judiciais cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	26.419	37.205
Cíveis, regulatórias e ambientais (i)	39.430	45.179
Trabalhistas	2.240	2.169
Total	68.089	84.553

(i) O valor refere-se substancialmente a uma ação relacionada a alegados inadimplementos contratuais

20. Patrimônio líquido
Política contábil:
Capital social
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política do imposto de renda e contribuição social.

Reserva legal
É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Dividendos
O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de retenção de lucro
A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Capital social
Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 81.187, inteiramente integralizado, representando por 21.563 ações ordinárias, todas de classe única e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 62.200 ações ordinárias.

Quantidade de ações em 31/12/2025

Acionistas	ON	%	Total	%
Compass UM Participações S.A.	10.997	51,00	10.997	51,00
Commit Gás S.A. e suas coligadas	10.566	49,00	10.566	49,00
Total	21.563	100,00	21.563	100,00

>>>Continuação COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS | AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS | CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Dividendos e juros sobre capital próprio
Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 10.355. O pagamento desses dividendos foi efetuado em 22 de dezembro de 2025. Os dividendos mínimos obrigatórios no montante total de R\$ 46.095 serão aprovados na Assembleia Geral Anual.

Saldo em 31/12/2023	38.446
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros	114.312
Dividendos intercalares e mínimos obrigatórios do exercício	28.223
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(1.006)
Juros sobre capital próprio proposto	6.709
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(158.461)
Saldo em 31/12/2024	28.223
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros	104.797
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício corrente	56.449
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(1.553)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(141.813)
Saldo em 31/12/2025	46.103

Destinação do resultado do exercício

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	219.584	139.730
Constituição da reserva legal – 5% (I)	-	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	219.584	139.730
Dividendos mínimos obrigatórios	(46.095)	(28.223)
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(10.354)	(6.709)
Total do lucro do exercício a destinar	163.135	104.798

(I) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional.

21. Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

Receita faturada

A receita de distribuição e comercialização de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado considerando o volume médio faturado diário multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado. Adicionalmente, sobre o referido volume é aplicado a tarifa vigente aprovada pelo órgão regulador.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente sendo reconhecida no resultado conforme evolução da

construção. A receita de construção possui margem zero sendo reconhecido no custo de produtos vendidos uma despesa de igual valor.

Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do exercício puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada a composição da receita no exercício:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta na distribuição de gás		1.780.409	2.001.839
Receita bruta na prestação de serviços		19.363	26.155
Receita de construção	14	82.982	87.038
Impostos sobre vendas e outras deduções		(352.465)	(430.436)
Receita operacional líquida		1.530.289	1.684.596

22. Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos creditados.

Os custos de construção são reconhecidos por referência a receita de construção.

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa.

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Custo do gás e transporte		(975.823)	(1.248.858)
Custo de construção	14	(82.982)	(87.038)
Depreciação e amortização		(54.699)	(45.931)
Gastos administrativos e comerciais		(68.561)	(60.192)
Gastos com pessoal		(49.241)	(52.241)
Total		(1.231.306)	(1.494.260)

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.109.560)	(1.389.707)
Despesas de vendas	(15.547)	(10.178)
Despesas gerais e administrativas	(106.199)	(94.375)
Total	(1.231.306)	(1.494.260)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Acordo contratual com fornecedores, líquido de impostos	-	13.434
Efeito líquido de ship/take or pay, líquido de impostos	-	3.781
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento	(58)	221
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	2.649	(837)
Ganhos (perdas) efetivos de estoque e no processo de inventário	1.487	(485)
Reversão de débito	5.915	-
Outros	1.712	2.281
Total	11.705	18.395

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Por que é um PAA

Receita de venda de gás fornecida e não faturada - Nota 8 e 21

A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina que depende da calendarização mensal.

Conseqüentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 35.922 mil. O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relacionados com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa. Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada. Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente à última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em

notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato – Notas 13 e 14

A Companhia possui registrado intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado e ativos de contrato nos montantes de R\$ 324.636 mil e R\$ 52.344 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato de concessão pública e investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado, mensurados pelo custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras. O reconhecimento desses investimentos entre intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o intangível e ativos de contrato.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e testes dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato. Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos no intangível. Seleção em base amostral, dos materiais e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Avaliação se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação no intangível. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do direito de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 19 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a

24. Resultado financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os detalhes das receitas e despesas financeiros são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(23.392)	(15.621)
Amortização do gasto de captação e fiança e garantias sobre dívida	(34)	-
Total	(23.426)	(15.621)
Rendimento de aplicações financeiras	22.693	26.358
Total	22.693	26.358

Custo da dívida líquida

(733) 10.737

Outros encargos e variações monetárias

Juros sobre arrendamento mercantil	(1.090)	(1.314)
Juros capitalizados no intangível	2.964	2.908
Juros sobre recebíveis	2.151	4.485
Juros sobre outras obrigações	(1.822)	(8.263)
Juros sobre ativo e passivo setorial	(10.799)	(8.871)
Atualização monetária de créditos tributários	1.112	5.354
Despesas bancárias, descontos financeiros e outros	(544)	(2.050)
Variação monetária	6.823	-
Outros efeitos financeiros líquidos	(1.583)	4.744
Total	(2.788)	(3.007)
Resultado financeiro, líquido	(3.521)	7.730

25. Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2026, foi publicada pela AGERGS a Resolução Homologatória nº 872/2026, que homologou a Margem Bruta da Revisão Tarifária Ordinária de 2025 (RTO 2025) da Companhia, referente ao ciclo regulatório de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026. A revisão foi conduzida conforme a metodologia regulatória vigente e as disposições do Contrato de Concessão, estabelecendo a Margem Bruta (P₀) aplicável à Companhia. Os resultados da RTO 2025 foram implementados a partir do reajuste tarifário de 09 de fevereiro de 2026.

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC 1MG091301/O-2

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR